

POLÍTICA

REACÃO Possibilidade de Rodrigo Maia se candidatar à reeleição divide bancada baiana

www.atarde.com.br/politica

VACINA Ação seria admissível e poderá ser realizada pelo estados, caso haja negligência da União, defende Aras

RAUL AGUILAR

Deputados da bancada baiana comemoram o conteúdo dos dois pareceres enviados ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo PTB e pelo PDT. A procuradoria reconheceu que há possibilidade legal para uma vacinação compulsória no país, que poderá ser realizada pelo estados, caso haja negligência da União no processo.

O PTB questionou a constitucionalidade de um processo de vacinação obrigatória no País, alegando que há "incompatibilidade da norma com os direitos fundamentais à vida, à saúde, liberdade individual, e com o princípio da dignidade humana".

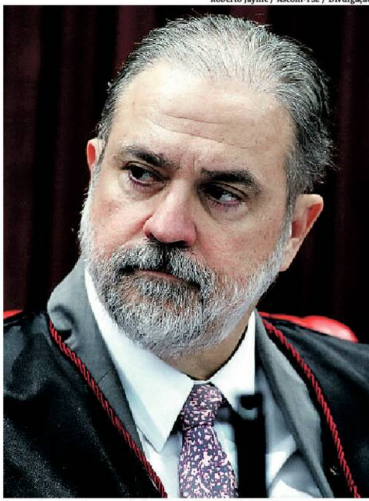
No parecer enviado ao Supremo, a PGR julgou imprudente a ação do partido comandado nacionalmente

pelo ex-deputado Roberto Jefferson, aliado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), crítico da vacinação obrigatória. Bolsonaro já disse publicamente que o povo brasileiro "não servirá de cobaia" e que vacinação obrigatória "é coisa de ditadura".

"É válida a previsão de vacinação obrigatória como medida possível a ser adotada pelo Poder Público para enfrentamento da epidemia de covid-19, caso definida como forma de melhor realizar o direito fundamental à saúde, respeitadas as limitações legais", afirmou o PGR no parecer enviado ao STF em resposta aos questionamentos do PTB.

Na ADI proposta pelo PDT, que provoca o STF acerca da exclusividade da união na definição da política de vacinação, o procurador-geral destacou que é competência da União definir acerca da obrigatoriedade ou não da vacinação.

Entretanto, Aras pondera



Roberto Jayme / Asscom-TSE / Divulgação

rou que os estados podem determinar a vacinação obrigatória levando em conta a realidade local ou caso o Ministério da Saúde não atue para garantir a imunização da população de acordo com critérios técnicos e científicos adequados. "Podemos os estados-membros estabelecer a obrigatoriedade da imunização como forma de melhor realizar o direito fundamental à saúde".

OPGR sustenta que nesses casos, para tornar obrigatória a vacinação em seus territórios, os estados devem demonstrar que os fundamentos adotados pelo Ministério da Saúde não atendem à realidade local.

Coordenação

O médico e deputado federal pelo PT, Jorge Solla, comemora a decisão de Aras, mas avalia que ela não pode servir para retirar obrigatoriamente a coordenação do sistema de vacinação do governo federal, através do Ministério da Saúde.

"Concordo com a posição de Aras, mas tem uma questão. Não podemos permitir com isso uma leitura de que o país passe a ser constituído de estados federados autônomos, como nos EUA. Lá, cada estado tem uma política de saúde de próprios. No Brasil não, nossa constituição não permite isso. O MS abdicar de tomar decisões dessa natureza é muito ruim. Eu espero que não haja negligência governo federal que force uma decisão de cada governador em uma situação tão vital para o país", ressalta Solla.

O médico parlamentar lembra que "nossa legislação desde a década de 70" prevê a "obrigatoriedade de inúmeras vacinas".

O deputado federal Baicaler (Podemos) classificou a decisão da PGR como "aceratíssima" e parabenizou Augusto Aras por ser uma "voz sensata" que dar ao povo brasileiro "tranquilidade" no "mar de incertezas que é o Governo Federal".

"PANOS QUENTES"

Mourão defende relação do Brasil com a China

DA REDAÇÃO

O vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, disse ontem que o governo brasileiro deve buscar ampliar o comércio com a China para além do agronegócio. A declaração foi feita em videoconferência organizada pelo Conselho Empresarial Brasil-China.

"Precisamos agora lançar o olhar para o futuro de modo a encontrar meios de ampliar e diversificar as relações existentes, criando oportunidades para outros setores da nossa economia e da nossa sociedade", disse.

Antes do evento, em entrevista a jornalistas no Planalto, Mourão comentou as declarações do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) sobre a China. Na segunda-feira, o filho do presidente Jair Bolsonaro afirmou que o Brasil apoia projeto para o G5 Unidos e "se afasta" da tecnologia chinesa. Depois, o deputado excluiu o tweet.

Para o vice-presidente, Eduardo deu apenas uma "declaração", e que ele não faz parte do governo. Em nota terça-feira, a Embaixada da China criticou duramente a postura do deputado.

INTERFERÊNCIA NA PF

Bolsonaro abre mão de depoimento no Supremo

DA REDAÇÃO

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) abriu mão de prestar depoimento no inquérito que é investigado por suposta tentativa de interferência no comando da Polícia Federal (PF). A decisão foi comunicada ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF).

"O peticionante [Bolsonaro] vem, respeitosamente, à presença de V.Exa, declinar do meio de defesa que lhe foi oportunizado unicamente por meio presencial", afirmou o advogado-geral da União, José Levi do Amaral Júnior. O documento foi endere-

çado ao ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito aberto no STF para apurar as acusações do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro de que o presidente da República tentou interferir na autonomia da PF para proteger familiares e aliados.

A defesa do ex-juiz da Lava Jato manifestou surpresa. "A negativa de prestar esclarecimentos, por escrito ou presencialmente, surge sem justificativa aparente e contrasta com os elementos reunidos pela investigação, que demandam explicação por parte do presidente da República", diz nota da defesa.

MEIO AMBIENTE

Ex-secretário é acusado de improbidade em Jequié

DA REDAÇÃO

O ex-secretário de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, Carlos Andrés dos Santos, e o ex-diretor de Meio Ambiente, Cauan Peixoto Sampaio, do município de Jequié (a 369 km de Salvador), foram acusados de cometer atos de improbidade administrativa pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA) em três ações civis públicas ajuizadas pelo promotor de Justiça Rafael Matias.

Segundo as ações, os então agentes públicos, no período compreendido entre os anos de 2013 e 2017, dispensaram licenciamientos de forma irregular e emitiram autorizações ambientais ilícitas para instalação de empreendimentos imobiliários e postos de combustíveis em áreas de proteção ambiental (APA) e permanente (APP).

Em duas ações ajuizadas ontem e na última quarta-

feira, Carlos dos Santos e Cauan Sampaio são acusados de autorizar ilegalmente supressão de vegetação em APP em favor do empreendimento chamado Loteamento Mundo Verde, e de emitir irregularmente dispensa de licença e autorização ambiental em benefício do Residencial Moradas do Valle, instalado em uma APA, onde a lei veda esse tipo de empreendimento.

Licenças fraudulentas

Além disso, os dois também são alvo de uma terceira ação, ajuizada em julho deste ano, na qual são acusados de emitirem licenças ambientais fraudulentas para instalação de diversos postos de Combustíveis pela cidade de Jequié. Segundo a ação, foram emitidas 33 licenças ambientais simplificadas para instalação de postos em desconformidade com a legislação ambiental.

COMPANHIA AGRO PECUÁRIA BARRO VERMELHO - EM LIQUIDAÇÃO... EDITAL DE CONVOCAÇÃO/ ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

PREFETURA MUNICIPAL DE ITUBERA... AVISO DE PUBLICAÇÃO PREÇO ELETRÔNICO Nº 026/2020

PREFETURA MUNICIPAL DE PRADO... PREÇO PRESENCIAL SRP 12/2020

PREFETURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA... AVISO DE LICITAÇÃO

PREFETURA MUNICIPAL DE IRECE... PREÇO PRESENCIAL SRP 3/2020

PREFETURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA... PREÇO PRESENCIAL SRP 01/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - SINDICEL-PA-BA... SITI, do Papel, Celulose, Pasta de Papel, Papel, Papelão, Corfiça, Artes do Papel, Másc. e Assinamentos de Papel

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DA BAHIA - FAEB... EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 1ª e 2ª Convocações

AVISO DE LICITAÇÃO... Pregão Eletrônico (SRP) - 001/2020